

EDITORIAL

O Direito Sanitário como disciplina autônoma e área do conhecimento no âmbito da Saúde Coletiva e ramo do Direito Público torna-se a cada dia mais sólida. Sua abrangência e importância vem sendo consolidada pelos inúmeros estudos e pesquisas realizados em toda a Região Ibero-americana.

É notório que as inquietações e temas de pesquisa confluem para três principais eixos: o direito à saúde como direito humano; o direito à saúde como instrumento das políticas públicas, e as externalidades atribuídas à garantia do direito à saúde como no fenômeno da judicialização. Isso se faz notar, especialmente neste número do CIADS, edição do último triênio do ano de 2015.

O artigo de Edith Ramos, Isadora Muniz e Amanda Madureira discute a judicialização das políticas de saúde, no Brasil, pela visão do Conselho Nacional de Justiça, avaliando a eficácia da atuação do CNJ na condução da política judiciária no enfrentamento à excessiva judicialização na saúde. A leitura do artigo é indispensável para os que investigam o tema.

Na mesma esteira de enfoque da judicialização pode-se apreciar o artigo de Jorge Alberto Lima e outros, em que enfrenta com base em pesquisa realizada nos processos judiciais de duas regiões brasileiras, a judicialização das insulinas análogas e o impacto para o sistema de saúde, demonstrando que a busca pelo Poder Judiciário não se limita aos hipossuficientes, mas à população em geral.

Da Argentina temos o enfrentamento, à luz de sua legislação sanitária, da internação involuntária, para usar o termo mais comumente utilizado naquele país. De autoria de Sofia Puccio, o artigo enfrenta a questão da internação compulsória à luz dos Direitos Humanos, dos documentos e legislação internacional. Da Espanha, o texto de Angel Pelayo comenta decisão judicial editada em terras castelhanas sobre o consentimento informado, confirmando o instituto como direito básico dos pacientes e dever na relação com seu médico.

A diretriz democrática constitucional para o Sistema Único de Saúde consubstanciada na participação social na saúde, por intermédio de conselhos, conferências e outros espaços de participação é tema recorrente. Vem do município de Goiás, do Estado de mesmo nome, a experiência de participação democrática por

intermédio do artigo da lavra de Fernanda Oliveira. Ainda no âmbito da participação social, Luanna Gomes apresenta resultados de pesquisa empírica sobre a participação nas audiências públicas de incorporação de novos medicamentos na cesta de ofertas do SUS.

Um trabalho esperado há muito tempo pela maioria dos estudiosos, pesquisadores e docentes do Direito Sanitário foi trazido por Marliete Amaral, que desbrava o campo dos cursos *lato sensu* em Direito Sanitário em todo o Brasil, demonstrando que ainda é incipiente a regular oferta de formação na área.

Por fim e extremamente importante, o tema da Diferença de Classe no SUS é enfrentado em dois momentos: com o artigo de Mayara Martins, em que analisa os discursos proferidos na Audiência Pública do Supremo Tribunal Federal sobre o tema do copagamento no sistema de saúde e na Decisão Judicial Comentada, de autoria de Alethele Santos é esclarecido sobre a decisão final do STF sobre o tema, descrevendo a vitoriosa decisão a favor do SUS.

Na seção de resenhas, tem-se os comentários ao livro lançado em 2015 intitulado “A universalidade do Direito à Saúde”, obra que deverá tornar-se de leitura obrigatória para quem deseja conhecer o direito à saúde em profundidade. A resenha analítica foi realizada por Amanda Madureira e Jaqueline de Sena.

Encerra-se o ano de 2015 com o CIADS mais maduro, denso e incorporado ao Qualis Capes no estrato B-4, na área da Saúde Coletiva, como também indexado nos bancos de dados científicos mais importantes nas ciências humanas e sociais. O trabalho incansável da equipe que compõe o periódico agregado a excelência dos artigos e manuscritos publicados na revista é que possibilitou tantas conquistas no ano que se encerra.

Só nos resta desejar boas festas a todos que acreditam neste trabalho e corrobora para os saltos qualitativos até agora empreendidos.

Maria Célia Delduque
Editora Científica